

The Project Gutenberg eBook of Representação à Academia Real das Ciências sobre a
refórma da ortografia

This ebook is for the use of anyone anywhere in the United States and most other parts of the world at no cost and with almost no restrictions whatsoever. You may copy it, give it away or re-use it under the terms of the Project Gutenberg License included with this ebook or online at www.gutenberg.org. If you are not located in the United States, you'll have to check the laws of the country where you are located before using this eBook.

Title: Representação à Academia Real das Ciências sobre a refórma da ortografia

Author: Anonymous

Release date: October 30, 2006 [eBook #19663]

Language: Portuguese

*** START OF THE PROJECT GUTENBERG EBOOK REPRESENTAÇÃO À ACADEMIA REAL DAS
CIÊNCIAS SOBRE A REFÓRMA DA ORTOGRAFIA ***

Produced by Rita Farinha and the Online Distributed

Proofreading Team at <http://www.pgdp.net> (This file was produced from images generously made available by National Library of Portugal (Biblioteca Nacional de Portugal).)

REPRESENTAÇÃO À ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS SOBRE A REFÓRMA DA ORTOGRAFIA

LISBOA IMPRENSA NACIONAL 1878

REPRESENTAÇÃO À ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS SOBRE A REFÓRMA DA ORTOGRAFIA

Senhores.—Os abaixo assinados dirijem-se á academia real das ciências em cumprimento de um dever.

Numa reunião pública, celebrada nésta cidade em 23 do corrente, fôrão encarregados de, em comissão, pedir a éssa real academia que ocorra a uma necessidade que quázi só d'êla póde esperar satisfação; e vem dezempenhar-se do onrozo encargo.

Paréce-lhes ociozo aduzir argumentos para justificar o pedido. Não tendo a língua uma gramática e um dicionário que póssão dizer-se officiais, não avendo nórma para a ortografia, nem para a pronúncia, e sendo isso o que se péde á academia, déve considerar-se desnecessária qualquéръ justificação.

O parecer de que ésta representação vai acompanhada, contem um sistema de ortografia e um método de o pôr em prática, os quais avaliaremos como mereçerem. Os abaixo assinados apenas esprímem o desejo e a esperança de que julgueis dever adòtal-os.

Dando pois execução á primeira parte da propòsta que termina esse parecer, e que a mencionada reunião aprovou com escluzão das palavras—ou outro que julgue melhór, no cazo de rejeitar este—, os abaixo assinados pédem á academia real das ciências que, publicando uma gramática e um dicionário ao mesmo tempo ortográfico e prozódico ou ao menos um vocabulário, se digne preenxer éssa lacuna e satisfazer éssa necessidade que todos reconhecem e sêntem,—a de uma ortografia nõrml.

Não pódem porem deixar de xamar a vòssa atenção para a alteração aludida, que a reunião onde fôrão eleitos, fêz no parecer da comissão. Por éla vê-se que a opinião d'aquêla assembleia é, que a refórma a realizar na ortografia déve ser em sentido sónico.

Dignai-vos acreditar, senhores académicos, em nõssos sentimentos de consideração e respeito.

Porto, 26 de dezembro de 1878.==*Adriano de Abreu Cardoso Machado*, presidente==*Conde de Samodães*==*Manuel Felipe Coelho*==*Agostinho da Silva Vieira*==*Jozé Barbóza Leão*.

Parecer da comissão de refórma ortografica

Senhores.—Reconhecendo o estado anárquico da nõssa ortografia, e que é preciso fazêl-o cessar, nomeastes em reunião de 27 de maio uma comissão, encarregada d'estudar e propor-vos os meios de alcançar esse *desideratum*; o qual só póde conseguir-se dotando a língua com uma ortografia nõrml.

Aceitando uma parte dos eleitos o espinhozõ mas onrozo encargo, a comissão constituiu-se. E ao encetar os seus trabalhos ofereceu-se-lhe, como questão prévia, determinar qual o desenvolvimento que deveria dar-lhes.

Efêtivamente alguém podia entender que éla teria satisfeito propondo simplesmente, que se representasse á àutoridade competente para que determinasse aquêla ortografia, e fizêsse com que só éla fosse ensinada nas escólas, e empregada nas repartiçõis públicas assim como nas tipografias e litografias da sua dependência em tudo que tivêsse carátêr oficial. Outros podião julgar que se devia ao mesmo tempo pedir, que a ortografia determinada fosse o mais simples possível: a fim de que o aprender a ler e escrever se tornasse por esse módo tão fácil, como póde realmente. E podia tambem querer-se, que se lhe propuzêsse a ortografia que devia ser adõtada.

Teve portanto de rezolver ésta questão, depois de a estudar sôb este tríplice módo de ver.

Pareceu-lhe porem, que uma pouca de reflêção bastava para se pôr de parte a primeira ideia. Todos sábem a consideração que em jeral merécem, e os rezultados que é costume alcançarem, representaçõis d'éssas em assuntos d'êsta natureza; e a comissão não podia acreditar que ficásseis satisfeitos com uma propòsta que não teria utilidade prática. Assim como lhe pareceu que a segunda ideia, sendo sujeita aos mesmos inconvenientes, devia ser pósta de parte como a primeira.

Julgou pois, que éra seu dever tomar no sentido mais amplo a missão que recebera, e dezempenhal-a nêssa conformidade; isto é, no sentido de se indicar a ortografia, que deveria pedir-se que fosse estabelecida como ortografia nõrml. Éra árdua a taréfa, mas não podia declinal-a.

Neste ponto, a comissão teve de reconhecer que a ortografia portugueza não podia deixar de ser etimolójica, sónica ou mista.

Óra, a mista é a ortografia que temos e cuja refórma se reclama jeralmente; e por mais que a sistematizássemos, pareceu á comissão que não seria possível obter-se uma ortografia como déve dezejar-se que tenhamos. Serião precisas m[~u]litas régras com m[~u]lito numerózas eicêçõis, ficando ainda m[~u]litas couzas sem ser reguladas; de módo que o conhecimento da ortografia tornar-se-ia tão difficil de alcançar, como é o de algumas artes e ciências. Suceder-nos-ia como aos francezes, que, apesar de tantos trabalhos e tão àutorizados como são os da sua academia, tem ainda uma ortografia que, em parte tambem pelas dificuldades peculiares da língua, se não considêra digna d'aquêla nação culta.

Restava portanto tomar por baze da ortografia que se propuzêsse, ou a etimolojia ou a pronúncia.

A respêtiva escolha éra o ponto mais grave da taréfa a cargo da comissão. Tratou por isso d'esclarecer-se bem a esse respeito; e entre outras couzas, procurou conhecer o jénio da língua, àlem d'outros meios pelo da sua istória, a fim de guiar-se por ele.

Veja-se pois, que é o que sobre o assunto nos dis a istória.

* * * * *

A istória ensina, que o português primitivo, a língua do berço da monarquia (Entre Douro e Minho), a que falávão os senhores e ómens d'armas que ajudárão Afonso Enriques a fundar este reino, éra uma mistura da linguájem rude dos aboríjenes (mistura tambem) e do latim bárbaro das lejiõis românas,—mistura alterada com elementos introduzidos pelos conquistadores do nóрте, principalmente os suévos e vizigódos, e tambem pelos sarracenos, e alterada ainda, depois de conquistado o sul, por motivo das relações com os seus abitantes já meio árabes e outros árabes verdadeiros, e, depois de estabelecida a capital em Lisboa, por cauza da colonização vinda de Marrócos e do grande número d'estranejros que concorrião ao seu porto, particularmente os cruzados m[~u]litos dos quais aí ficarão; bem que móstre que predominava o elemento latino, pelo m[~u]lito que se encarnara na Península o módo de ser dos românos, por ser o latim a língua dos atos religiózos e das relações com Roma e com os outros governos da Európa, e porque os sacerdótes éráo quázi os únicos ómens de letras no país. Assim como nos ensina que esse amálgama éra apenas língua falada; porque pouco ou nada se lia e escrevia, visto que o elemento burguês apenas se fazia sentir, e os senhores só cuidávão de armas, desdenhando até o saber ler e escrever,—erro de educação que durou em parte até não m[~u]lito lonje de nós.

Póde pois imaginar-se o que éra o português d'éssas épocas, e atésta-o o m[~u]lito pouco que d'ele résta. Póde dizer-se que não se escrevia; e falava-se um português tão simples, quanto éráo simples os ómens e a vida que vivião.

A istória móstra que foi assim, até que no fim do século XIII D. Dinís, esse modelo de reis, criou em Lisboa as *escólas jerais*, começo da *universidade*, que depois tanto se tem ilustrado em Coimbra. Mas móstra ao mesmo tempo, que isto não fêz mais que àumentar o predomínio do latim; porque para as escólas jerais e depois para a universidade viérão vários professores estrangeiros, jente m[~u]lito versada no latim que éra a língua dos ómens de letras, e viérão tambem os compêndios das universidades estrangeiras que éráo todos em língua latina. E as escólas que D. Dinís e seus sucessores estabelecêrão fóra d'alí, éráo ou de primeiras letras onde só se ensinava a ler e escrever, ou de gramática latina, sendo lá absolutamente desconhecida a gramática portugueza,—circunstâncias que sòmente cessárão no fim do segundo quartel do prezente século.

E as escólas jerais e a universidade criárão os ómens de letras que, com o andar do tempo, fixárão a língua e lhe determinárão a ortografia, a qual, como éra natural, aferirão pelo latim, dando lugar a Cãmõis poder dizer:

E na língua na qual quando imagina,
Com pouca corrução crê que é latina.

Se é que póde dizer-se que foi determinada uma ortografia, tendo cada clássico e cada lèccicógrafo ortografado a seu módo.

Com tudo a istória ensina tambem, que a nação continuou a falar a sua língua, aceitando sòmente os aperfeiçoamentos que recebia a gramática, e modificando racionalmente a prozódia. Éssa língua alatinada pela ortografia que se estabeleceu, ficou circunscrita aos impréssos e á escritura dos eruditos, sendo apenas falada por alguem que queria afêtar de sêl-o.

Em fim éla ensina que por isso, apesar do latim continuar dominando como senhor, apesar da gramática latina continuar a ser a única professada oficialmente, limitados sempre os professores d'instrução primária ás xamadas primeiras letras, a linguájem falada foi sucessivamente ganhando vitória sobre vitória contra a linguájem escrita. O que se escrevia e imprimia em 1836, aí está para demonstrar como já se axava alterada a ortografia estabelecida nos séculos XV e XVI.

E pela sua parte o prezente móstra a todos, quão fecundo foi o impulso dado pelas leis sobre instrução publicadas néssa época recente, e qual o resultado d'élas e de outras que viérão depois, principalmente as de 1844. Oje temos nos liceus um curso m[~u]lito desenvolvido de português, e em quázi todas as escólas primárias se ensina alguma couza de gramática portugueza. Quanto á latina, de que em outro tempo avia uma cadeira quázi em cada concelho, basta dizer que, fóra dos liceus, os distritos de Leiria e Béja, por ezemplo, tem cada um a sua, e o de Lisboa tem duas; e os dicionários prezêntão próvas irrecuzáveis de quanto vai diminuído o respeito pela etimolojia latina.

Desde m[~u]lito, finalmente, que o latim deixou de ser a língua das relações internacionais. Quando este âno o mundo católico acudiu ao Vaticanô a celebrar o meio centenário do venerável bispo d'Imola, oje assentado na cadeira de S. Pedro, fôrão bem raros os discursos e missivas em latim. Apenas de Roma vem ás nóssas xancelarias diplomas néssa língua, mas que são dados ao público em português. Passárão de móda as apóstrofes e sentenças latinas, com que d'antes se apimentávão entre nós os

discursos e escritos; e até já os prègadores quázi si limitão a dar em latim o tema dos sermões. De módo que, se ele não fora a língua dos officios divinos e preparatório obrigado para os estudos superiores, teria já partilhado a sórte das línguas mórtas; e vel-o-íamos em brève a par do grego, de que temos apenas três ou quatro cadeiras, que m[~u]ito poucos alunos freqüentão: como o móstra a d'èsta cidade, onde no âno passado se matricularão *dois*, e este âno *nenhum*.

* * * * *

Em vista pois de tudo isso que dis o passado e móstra o presente, a decizão da comissão axava-se determinada por si mesma. A influência do latim está m[~u]i decadente, e o português afirma nóbre e dezassombradamente a sua vitalidade e direito a pléna emancipação. A nóssa língua tem feito regularmente a sua evolução na pronúncia, constituindo-se aquí em compléta independência; tentou-se por vezes tornal-a tambem independente na escritura; e foi isto conseguido em parte pela própria força das couzas. Parecia pois não se poder deixar de realizal-a complètamente, ao tratar-se de dar-lhe uma ortografia nõrma.

Entendeu portanto a comissão, que xegara o momento de estabelecermos a pléna independência da língua em matéria ortográfica; fazendo com o latim, o que os latinos fizérão com o grego. O latim recebeu intato do grego, o que se julgou apropriado á sua índole e circunstâncias; o que o não éra, mas se julgou apropriável, aceitou-se apropriando-o; o que se considerou inapropriável, rejeitou-se. É o caminho que já seguirão espanhóis e italiânos, e que em França se tem instado e insta para que seja seguido; e não crê a comissão que possâmos seguir outro.

O jénio da língua portugueza definiu-se já bem na sua evolução; língua do meio dia, repúgnão-lhe as asperezas que a acumulação de consoantes tórna inerentes ás línguas do nóрте; a pronúncia jeral admite quázi só as consoantes necessárias á articulação das vogais entre si. Esse jénio pois, as circunstâncias àtuais da língua, a conveniência de facilitar o seu ensino, as tendências da época, etc., tórnao impossível o retrocésso, e forçozo adòtar a pronúncia como baze da ortografia.

Nem podia impedir a comissão, de o fazer, a pretendida incapacidade para representar esse importante papel, de que os etimolojistas tem sempre acuzado e continúão acuzando a pronúncia, atribuindo-lhe uma extrema inconstância. Neste mesmo momento acaba de publicar-se em París uma m[~u]ito erudita óbra, cujo àutor (G. Berchère), narrando os m[~u]ito grandes e muitíssimo repetidos esforços que em França se tem feito constantemente para estabelecer a ortografia sónica, se aprás em repetir todas as objèções que se lhe tem oposto; e néla se dis que «abandonada aos caprixos da pronúncia, a palavra é como um cavalo indócil sempre pronto a escapar-se», reclamando que para se assegurar a estabilidade da língua, aquéla se consérve «amarrada ao póste da etimolojia».

A comissão considéra ésta objèção sem valor. A pronúncia não é imutável; mas, se nós vemos entrar a miúdo palavras nóvas na língua, não vemos que se mude sensivelmente a pronúncia das que néla ezistem. E contra a mobilidade natural da pronúncia já se mostrou com a istória na mão, que não é a etimolojia barreira competente. M[~u]ito mais fôrte barreira á-de ser o dicionário, onde éssa pronúncia seja determinada, assim como a ortografia; ele fixará uma e outra; ainda mais, ele concorrerá para a unificação da pronúncia, porque na escola nõrma se ensinará a pronúncia nõrma, e os professores alí habilitados irão derramal-a em todo o país. Se a *Academia*, como assevéra o àutor citado, domina de tal módo aquéla volúvel França, que a sua submissão é tão compléta que éla fás passar por ignorante e sem educação literária todo aquele que cométe uma falta contra a ortografia recomendada pelo *Dicionário*, podemos ficar cértos de que os nóssos compatriótas, m[~u]ito dóceis, menos vários e pouco recalcitrantes, se sujeitarão sem relutância e cumprirão fielmente as prescrições do dicionário que lhes dérem.

E não válem a seu ver, mais que este, os outros argumentos dos etimolojistas, que a comissão, como éra seu dever, ezaminou cuidadóza e conscienciòzamente; entre os quais avulta o de se ficar inhabilitado, adòtada a ortografia sónica, para utilizar os tezouros de saber encerrados nos livros escritos em ortografia etimolójica: com isso, esclâma o mesmo àutor francês, ficaria sendo uma mentira o pensamento de Pascal—que a humanidade é como um ómem que, subsistindo sempre, aprenderia sempre ao passo que envelhecia—. Em primeiro lugar quázi todos se limitão oje a ler as variadas publicações da àtualidade; são da àtualidade quázi todos ou todos os livros por que se estuda nas nóssas escolas de todos os graus d'ensino; e os que vão consultar os vélhos abitadores das bibliotécas enfádão pouco os representantes da nóssa literatura. Em segundo lugar um passo mais, no caminho já tão trilhado da transformação da língua, não nos levava tão lonje do estado presente que se não pudésse fazer o que oje se fás. Nos dicionários d'agóra as palavras são bem diferentes do que fôrão em outras éras, e os literatos nem por isso deixão de entender os livros respètivos; do mesmo módo aconteria depois. A etimolojia lá estaria marcada no competente léccicòn; e num dicionário manual, bastaria pôr em parêntezis a palavra com a àtual ortografia, para ficar tudo remediado quanto aos livros modérnos: quem manuziava o dicionário, vendo sempre a palavra com ambas as ortografias, ficava conhecendo

tão bem uma como outra.

Conseqüentemente, a razão e a lógica aconselhávão á comissão a ortografia sónica, que é o progresso; e decidiu adòtal-a em princípio.

Avendo aceitado e tendo de propor o princípio, a comissão julgou dever estudar e propor tambem um método para ele ser levado á prática. Óra, a eicelencia da ortografia sónica deriva principalmente do seu princípio fundamental,—a unidade da representação dos sons; isto é, cada som é segundo éla representado sòmente por um sinal, e cada sinal representa unicamente o seu respètivo som. Éra tal princípio, por conseguinte, um ponto de partida forçado; e para aplical-o, tornava-se tambem forçoço determinar o número de sons elementares que avia a representar, e os sinais mais próprios para éssa representação.

Passando pois a estudar este momentozo assunto, éla teve de decidir-se sobre a pronúncia que devia tomar por nórma; e pareceu-lhe que, para este e para quâsquér outros pontos relativos a pronúncia, devia pôr de parte tanto a d'aqueles que são mais ou menos analfabétos, como a dos eruditos apàixonados pelas raízes etimolójicas que quérem que a pronúncia se subordine á ortografia em vês d'ésta se subordinar àquêla, e que devia aceitar como pronúncia nòrmal a dos que lem e escrevem mais ou menos regularmente, a qual é tambem a da màiór parte dos eruditos. E do seu estudo, assim como do ezame do nósso alfabéto, concluiu o seguinte:

1. ^o Que os elementos da nósso prozódia são 10 sons vogais simples, isto é—*a* aberto, fexado e surdo,—*e* abérto, fexado e surdo,—*i*,—*o* abérto e fexado,—*u*—; os quais se fâzem ouvir, o *a* fexado na primeira sílaba de *gâmo* e os outros no fim das seguintes 9 palavras: *òlá cóva, café mercê vide, ali, cipó avô, tu*. (O som de—*o*—surdo é igual a—*u*—brève).

Que d'esses sons recébm a entoação nazal cinco,—*a* abérto, *e* e *o* fexados, *i*, *u*—, como se vê da primeira sílaba d'éstas 5 palavras: *lança, pênte, tinta, pônte, mundo*.

Que temos 11 ditongos ou sons vogais compóstos, isto é, *ái, áu, éi éu, iu, ói, ui, ei eu, oi ou*; do que dão ezemplo as palavras: *ráiva Páulo, cordéis arpéu, feriu, bóia, ruivo, peito feudo, boi Vouga*.

Que não averá dúvida quanto á subjuntiva de todos estes ditongos, nem quanto á prepositiva dos primeiros 7, mas que póde avêl-a quanto á dos 4 últimos; a qual a comissão entende não ser *e* fexado para os 2 primeiros nem *o* fexado para os segundos, mas um som intermédio entre o som abérto e o som fexado de cada um.

Que d'esses ditongos recébm a entoação nazal *ái áu, ei, oi, ui*; como se obsérva por ezemplo nas palavras *mãi mão, bem, pôi, m[~u]i*.

E que, além dos elementos vogais temos 20 consoantes ou articulações, que são—*be, ce, de, fe*, o som gutural de *g, je, le, me, ne, pe, qe, te, ve, xe, ze, rre, re, lhe, nhe*, e o som sibilante que o *s* representa no fim das sílabas, o qual se aproxima muitíssimo de *ze*; articulações que se áxão respètivamente na segunda sílaba das 20 palavras seguintes: *sébe, téce, póde, Fafe, dógue, oje, fóle, nóme, cóne, tópe, léque, póte, léve, peixe, onze, bérre, fére, mólhe, ganhe, bàús*.

2. ^o Que o módo de representar os sons vogais, racionalmente e em harmonia com o princípio da unidade de representação, é aquele por que vão acima designados nos ezemplos, á parte as vogais acentuadas e algum sinal por meio do qual se queira notar que *e*, prepositiva de *ei eu*, e *o*, prepositiva de *oi ou*, reprezêntão sons especiais; adòtando-se, como sinal de entoação nazal, unicamente o acento nazal ou *til*.

E que a maneira mais racional de representar os consoantes ou articulações, é tambem aquêla por que vão designados, isto no que tóca aos 15 primeiros e ao último e tambem ao som brando do *r*; pois que o som áspero d'ésta letra, assim como as articulações *lhe nhe*, dévem ter sinais próprios e únicos.

Ora, em vista d'éstas concluzões, a comissão julgou dever seu propor as duas seguintes colèções de régras, que constituem um sistema compléto para levar á prática a ortografia sónica em toda a sua pureza, quando no futuro isto seja realizável, unicamente com ésta restrição: que os nómes de línguas estrânhas, em quanto não são nacionalizados, se emprégão tais quais são na língua respètiva, sendo os apelativos sublinhados no mánuscrito e póstos em itálico nos impréssos.

E advérte que coordenou as régras de cada uma, segundo a facilidade com que entende que as alterações que encérrão, pódem ser aceitas pelo público; isto é, em harmonia com o módo, pelo qual a refórma se poderá ir ezeutando, que vai indicado no fim.

Réguas relativas a vogais

1. ^a

Não se empréga—e—a representar—i—nos ditongos; empréga-se—i—, escrevendo por ezemplo: *pai navais amais, mãi câis; dói erói, dóis-te faróis; foi bois, pôi pôis coraçõis; azuis.*

2. ^a

Não se empréga—o—a representar—u—nos ditongos orais; empréga-se—u—, escrevendo por ezemplo: *pau bacalhau, céu véu, meu deu, viu feriu.*

3. ^a

Não se empréga—y—a representar—i—; empréga-se—i—.

4. ^a

Não se empréga—e—a representar—ei—nos cazos da terminação—ea—(que outros escrevem—êa—e tambem—éa—), nos de *sexto texto*, etc., e nos de—ex—inicial em que é sílaba predominante ou seguido de—ce ci—, e tambem em *ex-ministro*, etc.; empréga-se—ei—, escrevendo por ezemplo: *correia plateia, deistra seisto, eizito eicéto eicitár eis-ministro.*

5. ^a

As vogais—a e o—abértos, que não são sílaba predominante da palavra, acentúão-se com acento *grave* (`): ezemplo, *àcerca esquècer mòrdomo.*

6. ^a

As vogais—a e o—abértos, bem como as vogais—i u—, acentúão-se com acento agudo (´), quando são a sílaba predominante; as vogais—a e o—fexados acentúão-se com acento circunflêço (^).

Eicètúão-se os cazos seguintes:

1. ^o Não se acentua a vogal em—al el—(eicéto nas palavras esdrúxulas) e nas terminaçõis—ar ol—, em que é abérta; menos nos cazos como *vêl-o pôl-o fazêl-a perdêl-os comêl-as*, em que é fexada.

(Nos cazos como *âmal-o fâzel-a pérdel-as, amal-o-ei sel-o-á perdel-a-ia, pol-o-ias*, etc., é surda).

2. ^o Não se acentua a vogal nas terminaçõis—il ul ir ur—; e nas terminaçõis—er or—, quando é fexada; eicéto no vérbo *pôr*. (Acentua-se quando é abérta. É surda unicamente nas prepoziçõis *per por*).

3. ^o Não se acentua o—a—dos ditongos—ái áu—nos monossílabos e na sílaba final; e na primeira sílaba, em palavras de duas, quando for surda a vogal da última, como em *caixa caixas baixo baixos baile bailes cauza cauzas auto autos fraude fraudes.*

4. ^o Não se acentúão, em penúltima sílaba, as vogais nazaladas nem—a—abérto e—e o—fexados nem—i u—, quando for surda a vogal da última; menos—i u—nos cazos como *saída faísca saúde balaústre reúne miúdo ruído* e semelhantes, para evitar que se faça ditongo.

7. ^a

Não se empréga—u—depois de—g—e de—q—quando é nulo.

8. ^a

Não se empréga—e—a representar—ei—nos cazos de—em en—, como em *bemaventurado bemdito Bempósta àlem-mar semsaboria, tem tens, desdem desdens, imájem imájens*; empréga-se—ei—nazal.

9. ^a

Não se empréga—o—a representar—u—em—au—nazal; empréga-se—u—, escrevendo por ezemplo: *mãu sôtãu barãu, âmãu amárãu amarãu.*

10.ª

Para representar os ditongos orais emprégão-se caratères próprios, formados das duas respètivas letras ligadas convenientemente.

11.ª

Para representar os ditongos—ai au ei oi ui—nazais, emprégão-se sinais próprios, formados das duas letras com o *til* a abranjêl-as ambas.

Dos ditongos—au ei—averá caratèr longo e brève. O caratèr longo terá um acento agudo a cortar o til.

12.ª

Não se empréga—e—a representar—i—; empréga-se—i—, escrevendo por ezemplo: *ifeito infermo irmida, istudo iscavar, imposto izâme, rédia côdia óleo, passiar isbofetiar*.

13.ª

Não se empréga—o—a representar—u—; empréga-se—u—.

14.ª

O som de—o—fexado será representado por este mesmo sinal, e criar-se-ão sinais privativos para representar—a e o—abértos e—a e—fexados.

15.ª

Não se emprégão—m n—como sinal de nazalidade; empréga-se sòmente o til.

Régras relativas a consoantes

1.ª

Não se dóbra nenhuma consoante.

2.ª

Não se emprégão consoantes nulas; como são:

O—b—em *substancial subtil, Job Jacob* etc.

O—c—em *acção factor, inspecção insecto, interdicção afflicto* etc.

O—g—em *augmento assignar, Emigdio Ignacio* etc.

O—h—em *habito humido, inhabil inhumano, theatro rhetorica, epocha parocho chlamide* etc.

O—m—em *damno solemne condemno hymno somno alumno* etc.

O—p—em *psalmo recepção inscripção adopção corrupção, prescripto adoptar corruptivel* etc.

O—s—em *sciencia, crescer nascer* etc.

O—x—em *excepto excitar* etc.

3.ª

Não se empréga—ph—a representar a articulação—fe—; substitue-se por—f—.

4.ª

Não se empréga—s—a representar a articulação—ze—; substitue-se por—z—.

5.ª

Não se emprega—x—a representar a articulação especial que—s—representa no fim das sílabas, como em *duplex Felix, mixto sexto texto, excluir exposto* etc.; substitue-se pelo—s—.

6.ª

Não se emprega—x—a representar a articulação—ze—, como em *exame exemplo exito* etc.; substitue-se por—z—.

7.ª

Não se emprega—x—a representar a articulação—ce—; substitue-se por—c—, escrevendo por exemplo: *máximo àucílio flècível, reflêção conêção, flêcor reflêço flêcura* etc.

8.ª

Não se emprega—z—a representar a articulação especial de que fala a regra 5.ª; substitue-se por—s—.

9.ª

Não se emprega—ch—nem—k—a representar a articulação—qe—; substitue-se por—q—.

10.ª

Não se emprega—g—a representar a articulação—je—; substitue-se por—j—.

11.ª

Não se emprega—ch—a representar a articulação—xe—; substitue-se por—x—.

12.ª

Não se emprega—x—a representar o som—qce—; substitue-se por—qc—.

13.ª

Não se empregão consoantes compóostas; o—lh—e o—nh—serão substituídos, cada um por um signal próprio e único.

14.ª

Criar-se-á um segundo carátèr de—r—, para que cada um dos sons que ésta letra representa, tenha o seu sinal privativo.

15.ª

Não se emprega—s—a representar a articulação—ce—; substitue-se por—c—, conservando neste a cedilha antes de—a o u—, em quanto for preciso para evitar que se pronuncie—qe—.

16.ª

Não se emprega—c—a representar a articulação—qe—; substitue-se por—q—.

Senhores, parece á comissão que, embóra póssa não ser este, ao menos a alguns respeitos, o único módo de realizar a ortografia sónica, esse sistema déve ser considerado m[~u]lto aceitável; parece-lhe que quem o ezaminar com atençaõ, o admitirá sem relutância. Entretanto convem que diga alguma couza em apoio das alteraçõis que póssão càuzar estranheza por qualquér motivo, ou parecer menos justificadas.

A respeito de vogais, entende que a sua representaçaõ onomatópica, como propõi, não póde ser

rejeitada em princípio; quando m[~u]lito poderá aver dúvida à cerca da ocasião de realizar uma ou outra das alterações respetivas.

Não déve com tudo deixar de dizer algumas palavras a respeito das régras 12.^a e 13.^a, por motivo do seu m[~u]lito alcance; pois são inúmeras as palavras em que—e—representa o som de—i—, e em que —o—representa o som de—u—.

Todos reconhecerão que nos cazos em que—e—fás as vezes de—i—, aconteçe que, se se quizesse dar-lhe o som de—e—surdo, a pronúncia éra forçada e dezagradável; dá-se-lhe pois o som de—i—, porque não póde ser de outro módo: escute-se a pronúncia, por ezemplo, de *escrever espaço, escavar escavar, enfermo enjenho, área óleo, cabecear passear*, e ficar-se-á cértio d'isso. A pronúncia reclama pois o—i—; e sucéde que a etimolojia o não repéle. Nos cazos como *escrever escavar cabecear*, nada tem que ver a etimolojia, puzémos ali—e—como podíamos pôr—i—; nos cazos como *área óleo*, é verdade que se ofende a etimolojia, sendo—e—substituído; mas nos de *enfermo enjenho*, etc., a substituição vinga a etimolojia ofendida, visto que o latim éra *infirmus ingenium*.

Sucéde outro tanto com—u—, que é inquestionávelmente reclamado pela pronúncia. Á parte os cazos de—o—representando—u—no princípio e meio das palavras, em que algumas vezes se ofende a etimolojia com a substituição, temos a considerar o—o—da sílaba final, que é o cazo mais importante, com cuja substituição não será ofendida e em inúmeros cazos será dezafrontada. Dízem jeralmente que os nómes portuguezes, derivados do latim, se formárão do ablativo e não do nòminativo, e que portanto em *filho reino*, por ezemplo, a raís é *filio regno* e não *filius regnum*. Acreditâmos que é assim, e concedemos que por conseguinte escrevendo *filhu reinu* se ofende a etimolojia; mas em tal cazo escrever *pôrtu cúrsu* é dezagrarar éssa etimolojia, porque éra terminado em—u—o ablativo de *portus cursus*; assim como será dezagraval-a, se escrevermos por ezemplo *amâmus bebêmus vestímus*, porque no latim tnhão—u—na sílaba final todas as vózes da 1.^a pessoa do plural dos vérbos, o qual nós substituímos por—o—. Nóte-se porem que, escrevendo *filhu reinu*, não se ofenderá a etimolojia; averá a diferença da derivação se fazer do nòminativo e não do ablativo. Donde se conclue que a substituição do—o—pelo—u—, não será uma *ofensa* mas um *dezagravo* da etimolojia, ao passo que é uma omenájem á pronúncia.

Ségue-se pois que as duas substituições são justificadíssimas; e se a comissão propõi o seu adiamento, é só por evitar a impressão desfavorável que receia que produzissem, sobre tudo pelo aparecimento m[~u]lito freqüente do—u—na sílaba final.

Alguem por ventura estranhará a eliminação do—y—. Tôdavia para justifical-a basta dizer, que éssa letra não representava em grego o som—i—, mas sim um cértio som de—u—. Se nas respetivas palavras se mudou o som representado, é racional que se mude o sinal representativo. É em verdade singular, que se xame—i—grego e se uze como—i—, o que éra a letra—u—dos gregos.

Quanto á acentuação, a comissão está quázi cértia de que as suas indicações não serão vistas sem alguma estranheza; porque, como os latinos não uzávão dos acentos, entende alguem que tambem os não devemos admitir.

Com tudo, se eles fôrão proscritos do latim, os gregos empregárão-nos superabundantemente. Além dos acentos avia em grego os *espíritos*. É m[~u]littíssimo rara a palavra grega que não tenha acento em uma das três últimas sílabas; toda a vogal ou ditongo porque principia uma palavra, tem algum dos espíritos; nos ditongos põi-se o espírito e o acento sobre uma mesma vogal.

Vê-se portanto, que os gregos acentuárão tudo e que os latinos não acentuárão nada. A comissão julga pois, que faremos bem, se seguirmos um meio termo, acentuando tanto quanto for precizo; e por isso parece-lhe que não deve ser rejeitada a sua propósta, tanto mais que as quatro eicções poupão uma infinidade d'acentos, e se facilita assim a tranzição para o uzo dos caratêres nóvos propótos na régra 14.^a: d'este módo, por meio de acentos e de régras que os dispênsão, fica determinado o valor de cada vogal. E com éssa inovação bem simples dezaparecerá uma grande dificuldade que os estrangeiros encôntrão ao aprender a nóssa língua, e que aos mesmos nacionais é grande embaraço para aprender, e para ler corrêtamete.

Em fim, quanto ao número dos sons vogais, cumpre á comissão dizer o seguinte.

Admitiu o som de—a—fexado, por entender que o—a—predominante antes de—m n nh—tem esse som segundo a pronúncia mais jeral, com eicção da terminação *amos* do pretérito dos vérbos em—ar—. O som abérto que m[~u]litos lhe dão, e que ele tem antes de todas as outras consoantes, é mais eufónico e mais bélo, mas uza-se menos; e a opinião dos que dízem que ésta e as outras vogais, naquele cazo, tem todas som nazal menos—e o—abértos, não parece á comissão que póssa nem deva ser aceita.

Não ignóra que alguns úzão—e o—abértos com entoação nazal, dizendo *escóndes escónde rómpe rómpe, véndes vénde séntes sénte*; mas entende que ésta pronúncia não déve prevalecer, embóra—e o —abértos de entoação nazal sêjão menos fanhózos e portanto mais eufónicos que—e o—fexados, porque a pronúncia contrária é a do màiór número e a supressão dos dois sons nazais é uma simplificação apreciável.

Sabe que á m[~u]lito quem não queira admitir o ditongo—ou—, dizendo que nos cazos respètivos o som vogal é o de—o—fexado; mas não crê que seja assim, pois axa notável e óbvia diferença de som nas primeiros sílabas de *coro lobo* e últimas de *avô Pássô* por ezemplo, e nas de *couro louvo, lavou passou*: no primeiro cazo á som de—o—fexado; no segundo, de ditongo—ou—, m[~u]lito mais eufónico e agradável que aquele. Bem como sabe, que á quem uze este ditongo em lugar do—o—fexado nos cazos como *bôa corôa, sôa pavôa*; mas julga que este uzo déve rejeitar-se por não ser o jeral.

E sabe igualmente que se tem sustentado, que nos ditongos nazais só a prepositiva tem entoação nazal; éssa ideia porem, a seu ver, é errónea,—os ditongos nazais não se fórmão juntando uma vogal oral a uma nazal anterior, mas sim dando entoação nazal a um ditongo oral.

Assim como, a este propózito, déve notar que não desconhéce cértas pronúncias, sobre as quais xama a atenção para que sêjão emendadas, por viciózas que são segundo crê. Por um lado alguém sustenta, que—e—predominante, antes de—lh—, tem som de—a—fexado na pronúncia jeral, e se dis por ezemplo *cançâlho sâlha abâlha* e não *concêlho sêlha abêlha* (o que éla não considêra aceitável); bem como sustenta que «em todas as sílabas não acentuadas é o—a—fexado, eicéto nas finais em que é mudo». Por outro lado, á quem tróque o—e—fexado por—ei—antes de—j lh nh—, dizendo por ezemplo *igreija teilha leinha*—em vês de dizer *igrêja têlha lêlha*.

A comissão não póde crer que o primeiro—a—de *batalha*, por ezemplo, seja diferente do último, ou que sêjão divérsos os últimos *aa* de *sáfara*. E do mesmo módo, entende que não á motivo para que o—e —predominante, que póde ser fexado antes de todas as outras consoantes, o não póssa ser antes de—j lh nh—em cértos cazos, e se pronuncie—ei—contra a pronúncia jeral.

E cumpre notar ainda outra pronúncia que fora bom corrigir: é a do ditongo—ão—nos nómes que oje fórmão o plural em—ões—, e nas respètivas vózes dos vérbos. M[~u]litos pronúncia *bordão tacão timão portão amarão*, etc., como se o ditongo fora—ou—nazalado; óra este ditongo é m[~u]lito menos eufónico e bélo do que o outro, pelo que déve ser rejeitado: e assim o ditongo—ão—déve sempre pronunciar-se como se pronuncia em *mão irmão tão cão*.

A propózito d'isto dirá tambem, que pensa ter ido confórme com a pronúncia jeral, considerando que em—ex—inicial—e—não representa—ei—senão onde é sílaba predominante como em *exito*, ou onde ao —x—se ségue—ce ci—como em *exceto excitar*, e no cazo de *ex-ministro ex-deputado*, etc. Próvão-lho a sua observação, as m[~u]litas palavras onde o—x—já foi substituído, como *izenção estranho espremer*, etc., etc., e a opinião de gramáticos àutorizados, que dizem que a pronúncia é *ezacerbar ezemplo ezistir ezórdio*.

Por último dirá, que o emprego do til como único sinal de nazalidade, m[~u]litíssimo racional a todos os respeitos, não lhe parêce que póssa ser rejeitado; até porque se recomenda pelas facilidades que trará á leitura do mànuscrito,—vantájem que advirá igualmente da supressão do—u—e demais letras nulas.

* * * * *

Com relação a consoantes, a comissão julga que as refórmas que propõi, são tambem de todo o ponto justificadas. A evolução por meio da qual se constituiu a língua como oje a falâmos, operou-se suprimindo e transformando por todos os módos e em todos os sentidos. Móztra isso uma infinidade de palavras, e bástão a proval-o estes poucos ezemplos: de *actio [foe]sius crates faba ficus lupus lutum nunquam pluvia [rae]da quinque ratio, angelus bubulcus coquina cymbalum cytisus germanus mespilum miscere pustula sacellum sanare vagina videre, apotheca auricula caveola invidia quiritare infundibulum*, fizémos *acção gazeo grade fava figo lobo lodo nunca chuva presa cinco razão anjo bifolco cozinha timbales codeço irmão nespera mexer bostella capella sarar bainha ver adega orelha gaiola inveja gritar funil*.

Óra, éssa evolução está pela màiór parte já tambem operada na escritura. As alterações propóstas são o seu complemento; e constituirão os dois grandes progréssos—a unidade da representação dos sons e a conformidade da linguájem escrita com a linguájem falada—reclamados pela necessidade de tornar fácil ao povo a aquisição da instrução que se quér que ele tenha, poisque com eles se aprenderia a ler em m[~u]litíssimo menos tempo do que oje se gasta. E o pouco que résta fazer, está àutorizado de um módo irrecuzável pelo m[~u]lito que se axa feito.

Alem d'isso a refórma nésta parte tambem se não apresentará menos justificada a quem a quizér considerar nas diferentes hipótezes; como passa a mostrar-se a respeito das principais d'entre élas.

A comissão votou unânimemente a supressão das letras nulas; e julga que com razão o fêz. Tais letras são motivo de grande confuzão e portanto um grande embaraço; porque todas élas, em circunstâncias idênticas, umas vezes são nulas, outras não (menos as dobradas que o são sempre), sem ser possível dar régras que satisfção, para indicar quando o são ou deixão de ser. E tem unicamente valor etimolójico,—valor esse iluzório e sem importância, porque a etimolojia não fica perdida com a sua supressão, como não se perdeu a d'éssas m[~u]lito numerózas centenas de palavras cujas raízes se áxão alteradas; em quanto que os embaraços a que dão cauza, são um mal m[~u]lito grande e m[~u]lito real e pozitivo.

Por contemporizar com ábitos e sucètibilidades, póde aceitar-se o adiamento da supressão do—u—nulo, visto poder dar-se régra céta que indique a sua nulidade; porque depois de—q—nenhuma outra razão póde motivar a sua conservação. Pois se os latinos o uzávão, pronunciávão-no, como oje o pronúncia sempre os italiânos; e se os francezes, e até os espanhóis, o emprégão sem o pronunciar, é por um méro caprijo que não devemos seguir.

Por esse mesmo motivo a comissão lembrou-se de se adiar tambem a supressão do—h—inicial, mas por fim não lhe pareceu justificada éssa rezolução. Parece provado que o—h—, que nunca foi uzado pelos gregos, éra para os latinos simplesmente sinal d'aspiração. Por isso juntávão-no ao *t*, ao *p* e ao *c*, para representar *téta*, *fi qi*, consoantes mudas aspiradas do alfabéto grego, e tambem ao *r* nas palavras tomadas do grego em que ésta letra éra aspirada; e para que fosse aspirada a vogal seguinte, o empregávão no começo das palavras,—razão por que escrevíão por ezemplo *hora*, palavra tomada do grego onde éra *ora*. E assim compreende-se que os francezes o empréguem no começo d'aquélas palavras cuja primeira vogal aspirão, e ainda se compreende o seu emprego em espanhol, visto uzar-se a aspiração respètiva em algumas províncias do reino vizinho; mas nós que não aspirâmos nenhuma vogal inicial, é lójico que suprimâmos esse inútil sinal d'aspiração, evitando os embaraços que rezúltão do seu emprego.

A comissão, a propózito da supressão do—h—no vérbo *haver*, discutiu os inconvenientes da anfibolojia produzida pelas omonímias; assim como discutiu a ezistencia do—h—nas interjeiçõis *hui ah oh*, onde parece aver quem admite aspiração. Óra, quanto á anfibolojia, impórta considerar que as omonímias que provirião da refórma, são nada em comparação das que ezístem já na língua sem ninguem sentir os inconvenientes da supósta anfibolojia d'élas rezultante; que na pronúncia não á meio d'evitar esses inconvenientes, que alguém se aprás em reccar; e que na escritura, melhór que na fala, indica o sentido qual é a significação da palavra, se ésta a tem dupla ou múltipla: se por ezemplo se escrever—*ás á, avias avia, avião, ouve*—, em vês de—*has ha, havias havia, havião, houve*—, ninguem desconhecerá quando respètivamente se trata do vérbo *haver*, ou da craze da prepozición *a* com o artigo *as a*, do vérbo *aviar* e do vérbo *ouvir*. Em quanto ás três interjeiçõis, no cazo de decidir-se que á aspiração, seria melhór indical-a pondo na vogal o espírito áspero dos gregos—uma vírgula ás avéssas; mas a comissão não vê razão por que a aja, nem lhe parece que aja com efeito, e tão pouco julga conveniente avêl-a, porque a sua aspereza tornaria a interjeição menos eufónica.

Em fim, a respeito do fato da nulidade das letras, sucitárão-se dúvidas quanto ao—x—, e ao—s—no meio das palavras. Porem um ezame reflétido móstra, que só em pronúncia afètada se fás ouvir o som sibilante que éssas letras representarião nas palavras respètivas, e que éssa pronúncia é forçada e tórna a palavra mais áspera, sendo por isso menos confórme ao jénio da língua. E o fato do—s—se não axar em documentos das primeiras éras da língua, e em livros de épocas menos remótas (de Càmois, Fr. Luís de Souza, J. Freire de Andrade, Padre Vieira, etc.), e de não se empregar oje mesmo em várias d'aquélas palavras, é próva de que éssa letra tem sido e é nula na pronúncia jeral.

No que tóca á substituição de letras a fim de se xegar á unidade de representação das consoantes, cumpre á comissão notar que, sendo éla reclamada pelo princípio fundamental da ortografia sónica, é ao mesmo tempo ezijida pela necessidade de remover os obstáculos que a representação múltipla offeréce aos que aprêndem o português. Os dois sons de—c—de—g—e de—r—, os três de—s—e os cinco de—x—, são um martírio para professores e alunos d'instrução primária. E não á razão para que continuemos a suportar éssas dificuldades.

Com efeito, tendo o—j—que é sinal onomatópico da articulação—je—, por que não avemos d'empregar sempre esse sinal a representar ésta articulação? Tendo da mesma sórte o—z—, sinal onomatópico de—ze—, não dis tambem a razão que representemos sempre ésta articulação por aquele sinal? Dando nós ao—c—um nóme que é onomatópico da articulação—ce—, e empregando-o só por eicção a represental-a, ao passo que o empregâmos a representar a articulação—qe—no maiór número dos cazos tendo tambem para ésta um sinal onomatópico, não averá nisto um duplo absurdo? E a anomalia dos cinco sons do—x—é tambem injustificável. Os gregos tínhão ésta letra, a que atribuição

uma só representação; os latinos adotarão-na, e representarão com ela a mesma articulação que os gregos. Por isso a comissão entende, que deveremos empregar-a unicamente a representar a articulação da qual é para nós sinal onomatópico; nos demais valores deve ser substituída pelos respectivos sinais. E o mesmo julga a respeito do—c—; assim como julga que a boa razão manda que—s— fique representando somente o seu som sibilante, que hoje representa talvez 99 vezes sobre 100.

A todas estas substituições só se pode objectar com a razão estimulójica, mas ella não reziste a um exame reflétido. A comissão aprecia a etimologia no que vale; não pode porem esquecer o que reclamão outras considerações, á frente das quais está a incalculável vantajem das extraordinárias facilidades que d'aquelas substituições advirão a quem aprende o português. Alem d'isso a etimologia não fica perdida; e como já foi indicado, o que se tem a fazer, é nada em comparação do que já se fêz: olhe-se para a série d'ezemplos das alterações operadas, que acima se apresentou, e ficar-se-á convencido de que as substituições que se propõe e é preciso realizar, são uma simples emitação.

Quanto á criação de um carácter privativo para um dos sons de—r—, e á representação de—lhe—, assim como de—nhe—, por um carácter único, parece-lhe que por si mesmas se justificão; e mais justificada ainda se deverá julgar a criação dos novos caracteres para as vogais acentuadas: bem como julga irrecuzável a vantajem, que os que aprendem a ler, axarão em serem os ditongos representados por caracteres especiais. E do mesmo modo lhe parece, que dispensa justificão a eliminação do—ph—; assim como a do—ch—em qualquér das suas duas representações (onde nada justifica o seu emprego), atentos os embaraços que ele produz.

* * * * *

Finalmente a comissão, depois da espozição e demonstração feitas, julga dever acrescentar que, ao ezemplo que nos dêrão espanhóis e italiânos, para a refórma que propõe, se junta outro vindo de mais alto e de mais lonje. Todas as considerações lèvão a crer, que a formóza língua da tão celebrada Grécia antiga tinha ortografia sónica. A prozódia grega contava 7 elementos vogais e 17 consoantes, e a sua ortografia 24 caracteres, um para cada um d'esses elementos privativamente; e com os acentos e espíritos sobre os caracteres, indicávão-se as variações de quantidade e de tom: se se dobrávão letras, era certamente por que a pronúncia das letras dobradas differia da das sinjelas, como acontece em italião. Nem outra couza se devia esperar d'essa tão douta nação, por isso que a unidade de representação dos sons era consequência lójica da substituição da escritura simbólica pela escritura alfabética,—razão esta pela qual póde bem aceitar-se a opinião d'aqueles que pensão, que tinha tambem ortografia sónica o sanscrito, o qual tanto está xamando a atenção dos filólogos.

Espéra pois, que se lhe não léve a mal ter-se tambem inspirado em ezemplo semelhante.

* * * * *

Senhores, pelo que se deixa dito, parece manifestó que a ortografia sónica nos é impósta por todas as considerações, ao tratar-se de dotar a língua com uma ortografia nõrma. Mas, se á comissão isto parece fóra de toda a dúvida, ella, como está já indicado e deixa comprehendê-lo o próprio plãno acima transcrito, reconhece ao mesmo tempo que a sua ezecução não póde ser operada immediatamente por completo. O ábito é uma segunda natureza, cujas leis é preciso respeitar; adquire-se pouco a pouco, e é m[~u]ito difficil perder-se de golpe. O respeito pois pelos ábitos, torna indispensável levar a refórma á prática passo a passo; mas a comissão entende que o primeiro passo póde ser largo. E determinar esse passo foi ponto difficil da sua tarefa, porque não queria ficar atrás do possível, mas tambem não queria ir além do realizável sem repugnância; querendo sobre tudo não deixar de remover, quanto ser pudesse, as difficuldades que a ortografia uzual opõe ao adiantamento dos alunos d'instrução primária, e facilitar assim, o mais possível, aos portuguezes aprender a ler e escrever, e aos estrangeiros aprender a língua portugueza.

Óra, depois de maduro exame a comissão está convencida, de que o primeiro passo a dar no caminho da refórma póde consistir na ezecução das refórmas parciais que encerra o primeiro dos três seguintes grupos de régras, e que dois passos mais, consistindo cada um na ezecução das refórmas de um e de outro dos dois grupos restantes, podião levar a obra a cabo.

1.º Grupo

As primeiras 6 régras relativas a vogais.

As primeiras 12 régras relativas a consoantes.

As seguintes régras de carácter provizório:

1.ª Quando—u—, precedido de—g—ou de—q—e seguido de—e—ou de—i—, se pronuncia, põi-se-lhe

o trema (û).

2.ª A articulação—qe—é representada por—c—antes de consoante, antes de—a—, de—o—, e de—u—seguido de consoante, e antes do ditongo—ui—.

(Na representação de—qce—virão a aparecer dois cc, mas ambos tem valor).

3.ª Dobra-se o—r—, sempre que entre vogais representa o seu som áspero.

4.ª Dobra-se o—s—entre vogais, em quanto for preciso para evitar que se pronuncie—ze—.

2.º Grupo

As regras de N.º 7 a 12 *inclusive*, relativas a vogais.

As regras N.º 13 e 14, relativas a consoantes.

3.º Grupo

As restantes 3 regras relativas a vogais.

As restantes 2 regras relativas a consoantes.

Dado aquele primeiro passo teríamos já a melhor, ou pelo menos uma das melhores ortografias da atualidade; o que podereis verificar por meio d'este mesmo parecer, que, para poderdes decidir com verdadeiro conhecimento de causa, a comissão julgou dever imprimir com essa ortografia. Dado que seja este último, poderíamos dizer que tínhamos uma ortografia perfeita, quanto a perfeição é possível em couzas umânas.

Mas tal refórma é um cometimento m[~u]jito difficil. Só póde abalançar-se a ele, confiando no resultado, quem tenha para isso a àutoridade moral suficiente, como è a academia das ciências; a não ser que a imprensa periódica empreendesse a sua ezeução.

Por isso a comissão entende ter-se dezempenhado da missão que lhe incumbistes, e ter cumprido conscienciozamente o seu dever, propondo-vos, senhores:

1.º Que se represente á academia real das ciências, pedindo que éla dóte a língua com uma ortografia nõrma, adõtando o sistema proposto, ou outro que julgue melhor, no cazo de rejeitar este; e que publique uma gramática, e bem assim o vocabulário competente se não publicar em brève o dicionário.

2.º Que se nomeie uma comissão, a qual redija e dirija a representação á academia, e emprégue os meios dirétos e indirétos ao seu alcance para que ésta a tóme em consideração como meréce.

Porto, 11 de dezembro de 1877.==*Adriano de Abreu Cardoso Machado* (com declarações), presidente==*Conde de Samodães*==*Manuel Felipe Coelho*==*Manoel Maria da Costa Leite*==*Agostinho da Silva Vieira*==*Francisco de Faro Oliveira*==*Delfim Maria de Oliveira Maia* (com declarações)==*Eduardo Augusto Falcão* (com declarações)==*Jozé Barbóza Leão*, relator.

*** END OF THE PROJECT GUTENBERG EBOOK REPRESENTAÇÃO À ACADEMIA REAL DAS
CIÊNCIAS SOBRE A REFÓRMA DA ORTOGRAFIA ***

Updated editions will replace the previous one—the old editions will be renamed.

Creating the works from print editions not protected by U.S. copyright law means that no one owns a United States copyright in these works, so the Foundation (and you!) can copy and distribute it in the United States without permission and without paying copyright royalties. Special rules, set forth in the General Terms of Use part of this license, apply to copying and distributing Project Gutenberg™ electronic works to protect the PROJECT GUTENBERG™ concept and trademark. Project Gutenberg is a registered trademark, and may not be used if you charge for an eBook, except by following the terms of the trademark license, including paying royalties for use of the Project Gutenberg trademark. If you do not charge anything for copies of this eBook, complying with the trademark license is very easy. You may use this eBook for nearly any purpose such as creation of derivative works, reports, performances and research. Project Gutenberg eBooks may be modified and printed and given away—you may do practically ANYTHING in the United States with eBooks not protected by U.S. copyright law. Redistribution is subject to the trademark license,

especially commercial redistribution.

START: FULL LICENSE
THE FULL PROJECT GUTENBERG LICENSE
PLEASE READ THIS BEFORE YOU DISTRIBUTE OR USE THIS WORK

To protect the Project Gutenberg™ mission of promoting the free distribution of electronic works, by using or distributing this work (or any other work associated in any way with the phrase “Project Gutenberg”), you agree to comply with all the terms of the Full Project Gutenberg™ License available with this file or online at www.gutenberg.org/license.

Section 1. General Terms of Use and Redistributing Project Gutenberg™ electronic works

1.A. By reading or using any part of this Project Gutenberg™ electronic work, you indicate that you have read, understand, agree to and accept all the terms of this license and intellectual property (trademark/copyright) agreement. If you do not agree to abide by all the terms of this agreement, you must cease using and return or destroy all copies of Project Gutenberg™ electronic works in your possession. If you paid a fee for obtaining a copy of or access to a Project Gutenberg™ electronic work and you do not agree to be bound by the terms of this agreement, you may obtain a refund from the person or entity to whom you paid the fee as set forth in paragraph 1.E.8.

1.B. “Project Gutenberg” is a registered trademark. It may only be used on or associated in any way with an electronic work by people who agree to be bound by the terms of this agreement. There are a few things that you can do with most Project Gutenberg™ electronic works even without complying with the full terms of this agreement. See paragraph 1.C below. There are a lot of things you can do with Project Gutenberg™ electronic works if you follow the terms of this agreement and help preserve free future access to Project Gutenberg™ electronic works. See paragraph 1.E below.

1.C. The Project Gutenberg Literary Archive Foundation (“the Foundation” or PGLAF), owns a compilation copyright in the collection of Project Gutenberg™ electronic works. Nearly all the individual works in the collection are in the public domain in the United States. If an individual work is unprotected by copyright law in the United States and you are located in the United States, we do not claim a right to prevent you from copying, distributing, performing, displaying or creating derivative works based on the work as long as all references to Project Gutenberg are removed. Of course, we hope that you will support the Project Gutenberg™ mission of promoting free access to electronic works by freely sharing Project Gutenberg™ works in compliance with the terms of this agreement for keeping the Project Gutenberg™ name associated with the work. You can easily comply with the terms of this agreement by keeping this work in the same format with its attached full Project Gutenberg™ License when you share it without charge with others.

1.D. The copyright laws of the place where you are located also govern what you can do with this work. Copyright laws in most countries are in a constant state of change. If you are outside the United States, check the laws of your country in addition to the terms of this agreement before downloading, copying, displaying, performing, distributing or creating derivative works based on this work or any other Project Gutenberg™ work. The Foundation makes no representations concerning the copyright status of any work in any country other than the United States.

1.E. Unless you have removed all references to Project Gutenberg:

1.E.1. The following sentence, with active links to, or other immediate access to, the full Project Gutenberg™ License must appear prominently whenever any copy of a Project Gutenberg™ work (any work on which the phrase “Project Gutenberg” appears, or with which the phrase “Project Gutenberg” is associated) is accessed, displayed, performed, viewed, copied or distributed:

This eBook is for the use of anyone anywhere in the United States and most other parts of the world at no cost and with almost no restrictions whatsoever. You may copy it, give it away or re-use it under the terms of the Project Gutenberg License included with this eBook or online at www.gutenberg.org. If you are not located in the United States, you will have to check the laws of the country where you are located before using this eBook.

1.E.2. If an individual Project Gutenberg™ electronic work is derived from texts not protected by U.S. copyright law (does not contain a notice indicating that it is posted with permission of the copyright holder), the work can be copied and distributed to anyone in the United States without paying any fees or charges. If you are redistributing or providing access to a work with the phrase “Project Gutenberg” associated with or appearing on the work, you must comply either with the requirements of paragraphs 1.E.1 through 1.E.7 or obtain permission for the use of the work and the Project Gutenberg™ trademark as set forth in paragraphs 1.E.8 or 1.E.9.

1.E.3. If an individual Project Gutenberg™ electronic work is posted with the permission of the copyright holder, your use and distribution must comply with both paragraphs 1.E.1 through 1.E.7 and any additional terms imposed by the copyright holder. Additional terms will be linked to the Project Gutenberg™ License for all works posted with the permission of the copyright holder found at the beginning of this work.

1.E.4. Do not unlink or detach or remove the full Project Gutenberg™ License terms from this work,

or any files containing a part of this work or any other work associated with Project Gutenberg™.

1.E.5. Do not copy, display, perform, distribute or redistribute this electronic work, or any part of this electronic work, without prominently displaying the sentence set forth in paragraph 1.E.1 with active links or immediate access to the full terms of the Project Gutenberg™ License.

1.E.6. You may convert to and distribute this work in any binary, compressed, marked up, nonproprietary or proprietary form, including any word processing or hypertext form. However, if you provide access to or distribute copies of a Project Gutenberg™ work in a format other than “Plain Vanilla ASCII” or other format used in the official version posted on the official Project Gutenberg™ website (www.gutenberg.org), you must, at no additional cost, fee or expense to the user, provide a copy, a means of exporting a copy, or a means of obtaining a copy upon request, of the work in its original “Plain Vanilla ASCII” or other form. Any alternate format must include the full Project Gutenberg™ License as specified in paragraph 1.E.1.

1.E.7. Do not charge a fee for access to, viewing, displaying, performing, copying or distributing any Project Gutenberg™ works unless you comply with paragraph 1.E.8 or 1.E.9.

1.E.8. You may charge a reasonable fee for copies of or providing access to or distributing Project Gutenberg™ electronic works provided that:

- You pay a royalty fee of 20% of the gross profits you derive from the use of Project Gutenberg™ works calculated using the method you already use to calculate your applicable taxes. The fee is owed to the owner of the Project Gutenberg™ trademark, but he has agreed to donate royalties under this paragraph to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation. Royalty payments must be paid within 60 days following each date on which you prepare (or are legally required to prepare) your periodic tax returns. Royalty payments should be clearly marked as such and sent to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation at the address specified in Section 4, “Information about donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation.”
- You provide a full refund of any money paid by a user who notifies you in writing (or by e-mail) within 30 days of receipt that s/he does not agree to the terms of the full Project Gutenberg™ License. You must require such a user to return or destroy all copies of the works possessed in a physical medium and discontinue all use of and all access to other copies of Project Gutenberg™ works.
- You provide, in accordance with paragraph 1.F.3, a full refund of any money paid for a work or a replacement copy, if a defect in the electronic work is discovered and reported to you within 90 days of receipt of the work.
- You comply with all other terms of this agreement for free distribution of Project Gutenberg™ works.

1.E.9. If you wish to charge a fee or distribute a Project Gutenberg™ electronic work or group of works on different terms than are set forth in this agreement, you must obtain permission in writing from the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, the manager of the Project Gutenberg™ trademark. Contact the Foundation as set forth in Section 3 below.

1.F.

1.F.1. Project Gutenberg volunteers and employees expend considerable effort to identify, do copyright research on, transcribe and proofread works not protected by U.S. copyright law in creating the Project Gutenberg™ collection. Despite these efforts, Project Gutenberg™ electronic works, and the medium on which they may be stored, may contain “Defects,” such as, but not limited to, incomplete, inaccurate or corrupt data, transcription errors, a copyright or other intellectual property infringement, a defective or damaged disk or other medium, a computer virus, or computer codes that damage or cannot be read by your equipment.

1.F.2. LIMITED WARRANTY, DISCLAIMER OF DAMAGES - Except for the “Right of Replacement or Refund” described in paragraph 1.F.3, the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, the owner of the Project Gutenberg™ trademark, and any other party distributing a Project Gutenberg™ electronic work under this agreement, disclaim all liability to you for damages, costs and expenses, including legal fees. YOU AGREE THAT YOU HAVE NO REMEDIES FOR NEGLIGENCE, STRICT LIABILITY, BREACH OF WARRANTY OR BREACH OF CONTRACT EXCEPT THOSE PROVIDED IN PARAGRAPH 1.F.3. YOU AGREE THAT THE FOUNDATION, THE TRADEMARK OWNER, AND ANY DISTRIBUTOR UNDER THIS AGREEMENT WILL NOT BE LIABLE TO YOU FOR ACTUAL, DIRECT, INDIRECT, CONSEQUENTIAL, PUNITIVE OR INCIDENTAL DAMAGES EVEN IF YOU GIVE NOTICE OF THE POSSIBILITY OF SUCH DAMAGE.

1.F.3. LIMITED RIGHT OF REPLACEMENT OR REFUND - If you discover a defect in this electronic work within 90 days of receiving it, you can receive a refund of the money (if any) you paid for it by sending a written explanation to the person you received the work from. If you received the work on a physical medium, you must return the medium with your written explanation. The person or entity that provided you with the defective work may elect to provide a replacement copy in lieu of a refund. If you received the work electronically, the person or entity providing it to you may choose to give you a second opportunity to receive the work electronically in lieu of a refund. If the second copy is also defective, you may demand a refund in writing without further opportunities to

fix the problem.

1.F.4. Except for the limited right of replacement or refund set forth in paragraph 1.F.3, this work is provided to you 'AS-IS', WITH NO OTHER WARRANTIES OF ANY KIND, EXPRESS OR IMPLIED, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO WARRANTIES OF MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PURPOSE.

1.F.5. Some states do not allow disclaimers of certain implied warranties or the exclusion or limitation of certain types of damages. If any disclaimer or limitation set forth in this agreement violates the law of the state applicable to this agreement, the agreement shall be interpreted to make the maximum disclaimer or limitation permitted by the applicable state law. The invalidity or unenforceability of any provision of this agreement shall not void the remaining provisions.

1.F.6. INDEMNITY - You agree to indemnify and hold the Foundation, the trademark owner, any agent or employee of the Foundation, anyone providing copies of Project Gutenberg™ electronic works in accordance with this agreement, and any volunteers associated with the production, promotion and distribution of Project Gutenberg™ electronic works, harmless from all liability, costs and expenses, including legal fees, that arise directly or indirectly from any of the following which you do or cause to occur: (a) distribution of this or any Project Gutenberg™ work, (b) alteration, modification, or additions or deletions to any Project Gutenberg™ work, and (c) any Defect you cause.

Section 2. Information about the Mission of Project Gutenberg™

Project Gutenberg™ is synonymous with the free distribution of electronic works in formats readable by the widest variety of computers including obsolete, old, middle-aged and new computers. It exists because of the efforts of hundreds of volunteers and donations from people in all walks of life.

Volunteers and financial support to provide volunteers with the assistance they need are critical to reaching Project Gutenberg™'s goals and ensuring that the Project Gutenberg™ collection will remain freely available for generations to come. In 2001, the Project Gutenberg Literary Archive Foundation was created to provide a secure and permanent future for Project Gutenberg™ and future generations. To learn more about the Project Gutenberg Literary Archive Foundation and how your efforts and donations can help, see Sections 3 and 4 and the Foundation information page at www.gutenberg.org.

Section 3. Information about the Project Gutenberg Literary Archive Foundation

The Project Gutenberg Literary Archive Foundation is a non-profit 501(c)(3) educational corporation organized under the laws of the state of Mississippi and granted tax exempt status by the Internal Revenue Service. The Foundation's EIN or federal tax identification number is 64-6221541. Contributions to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation are tax deductible to the full extent permitted by U.S. federal laws and your state's laws.

The Foundation's business office is located at 809 North 1500 West, Salt Lake City, UT 84116, (801) 596-1887. Email contact links and up to date contact information can be found at the Foundation's website and official page at www.gutenberg.org/contact

Section 4. Information about Donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation

Project Gutenberg™ depends upon and cannot survive without widespread public support and donations to carry out its mission of increasing the number of public domain and licensed works that can be freely distributed in machine-readable form accessible by the widest array of equipment including outdated equipment. Many small donations (\$1 to \$5,000) are particularly important to maintaining tax exempt status with the IRS.

The Foundation is committed to complying with the laws regulating charities and charitable donations in all 50 states of the United States. Compliance requirements are not uniform and it takes a considerable effort, much paperwork and many fees to meet and keep up with these requirements. We do not solicit donations in locations where we have not received written confirmation of compliance. To SEND DONATIONS or determine the status of compliance for any particular state visit www.gutenberg.org/donate.

While we cannot and do not solicit contributions from states where we have not met the solicitation requirements, we know of no prohibition against accepting unsolicited donations from donors in such states who approach us with offers to donate.

International donations are gratefully accepted, but we cannot make any statements concerning tax treatment of donations received from outside the United States. U.S. laws alone swamp our small staff.

Please check the Project Gutenberg web pages for current donation methods and addresses. Donations are accepted in a number of other ways including checks, online payments and credit

card donations. To donate, please visit: www.gutenberg.org/donate

Section 5. General Information About Project Gutenberg™ electronic works

Professor Michael S. Hart was the originator of the Project Gutenberg™ concept of a library of electronic works that could be freely shared with anyone. For forty years, he produced and distributed Project Gutenberg™ eBooks with only a loose network of volunteer support.

Project Gutenberg™ eBooks are often created from several printed editions, all of which are confirmed as not protected by copyright in the U.S. unless a copyright notice is included. Thus, we do not necessarily keep eBooks in compliance with any particular paper edition.

Most people start at our website which has the main PG search facility: www.gutenberg.org.

This website includes information about Project Gutenberg™, including how to make donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, how to help produce our new eBooks, and how to subscribe to our email newsletter to hear about new eBooks.